MARK, Peter & HORTA, José da Silva. 2011. *The Forgotten Diaspora: Jewish Communities in West Africa and the Making of the Atlantic World.* Cambridge:Cambridge University Press.

Wilson Trajano Filho
Universidade de Brasília

Ao examinar a diáspora dos judeus sefarditas na Senegâmbia do século XVII, o livro de Peter Mark e José da Silva Horta traz uma valiosa contribuição não somente para a diáspora sefardita pelo mundo, mas também para a história da formação do mundo atlântico e para o entendimento do processo de crioulização que deu origem às sociedades crioulas atualmente existentes na costa ocidental da África (em Cabo Verde, Guiné-Bissau e, em menor extensão, em Serra Leoa).

A obra trata especificamente das comunidades de judeus portugueses (sefarditas) na *Petite Côte* senegalesa (Porto d'Ale ou Portudale e Joal) e suas ligações com a comunidade sefardita de Amsterdam. Neste sentido, baseados em uma nova documentação oriunda dos arquivos holandeses, Mark e Horta apresentam dados fascinantes sobre a conversão de africanos e euro-africanos (negros e mulatos) ao judaísmo em Amsterdam, especialmente, depois que as comunidades sefarditas da Senegâmbia entraram em declínio e seus fundadores retornaram para a Europa em meados do século XVII. Além disso, os autores também fazem uma interessante discussão sobre a dinâmica da construção da identidade judia no norte da Europa no período. Segundo eles, a experiência dos judeus sefarditas saídos da Península Ibérica para a Senegâmbia oferecia dois modelos de construção das identidades: um deles rígido, edificado sobre o conceito ibérico de "pureza de sangue", que alocava os indivíduos em categorias identitárias fixas, baseadas em critérios como o sangue; e o outro, o modelo africano ocidental, marcado pela flexibilidade da identidade, baseada em fatores sociais e culturais como língua, religião, vestimenta etc. (ver mais adiante). Paradoxalmente, quando os sefarditas (e alguns de seus descendentes africanos) retornaram para Amsterdam e Hamburgo, se apropriaram do modelo ibérico de identidade, o mesmo que servira de base para a inquisição que os expulsara de Portugal e Espanha, e passaram a usar o conceito de pureza de sangue para afirmar o orgulho que tinham de sua herança judia e seu *status* de povo escolhido (: 80).

Nas palavras dos próprios autores, o livro pretende desafiar algumas ideias consolidadas na historiografia dos mercadores europeus na costa da Guiné e da criação do mundo atlântico. Entre outras revisões, o livro reavalia o papel domi-

nante, presente nas narrativas do império português, dos mercadores cristãos e dos padres católicos na expansão europeia, reivindicando igual centralidade para os comerciantes judeus e cristãos-novos (da Senegâmbia e de Amsterdam). Questiona também, a ênfase dada ao cristianismo no aparecimento de formas religiosas sincréticas na costa africana. Também problematiza a ideia de que a história do mundo atlântico, especialmente em sua fase inicial, seja somente a história do tráfico de escravos. Outros itens de comércio como marfim, peles e armas brancas também eram negociadas na *Petite Côte* e essas duas comunidades de comerciantes judeus tinham um papel de destaque neste circuito de trocas. Por fim, os autores propõem que a cultura e a sociedade crioulas que emergiram do contato interssocietal entre europeus e africanos e que se espalhou para o Novo Mundo não é somente o produto de fluxos em duas vias (a africano e a cristã). Para eles, a cultura crioula luso-africana resultou da conjunção das sociedades da Senegâmbia com a cultura dos judeus e cristãos-novos portugueses.

O livro de Mark e Horta, no entanto, vai além da história da ligação entre as comunidades da *Petite Côte* com o mundo judeu do norte da Europa. Também discute de modo fascinante a relação dessas comunidades com as autoridades portuguesas em Cabo Verde e Cacheu (na atual Guiné-Bissau) e com os cristãos-novos portugueses ali instalados. Forçados a deixar Portugal devido à opressão da Inquisição, os sefarditas não se dirigiram somente para a África Ocidental e para Amsterdam; também foram para o Marrocos e para o nordeste brasileiro. Esta diáspora criou um conjunto de comunidades interconectadas que ligava a Europa do norte com a Europa ibérica, o norte da África (Marrocos), a Senegâmbia (incluindo as ilhas atlânticas) e o Brasil. Daí, concluem Mark e Horta, a importância das atividades judaico-africanas para a criação do mundo atlântico. Considerando não apenas a demografia das duas comunidades (tema de uma seção do capítulo 1), que dificilmente ultrapassava a casa de uma centena de pessoas, mas também a centralidade do tráfico de escravos na constituição das sociedades do Novo Mundo, a ênfase dada pelos autores ao papel dessas comunidades judaico-africanas na constituição do mundo atlântico deve ser, no mínimo, matizada.

Sabemos que os leitores são seres interessados ou, como dizem Mark e Horta a respeito das perspectivas diametralmente opostas do mercador (luso?)-português Lemos Coelho e do viajante francês Jacques le Marie acerca da permanência ou não de uma identidade judia na região da *Petite Côte* na segunda metade do século XVII, "as pessoas veem o que querem ver." Com esta resenha não poderia ser diferente. Minha leitura do livro de Peter Mark e José Horta tem o viés dos meus interesses como pesquisador dos processos de formação e reprodução das sociedades e culturas crioulas na alta costa da Guiné ou, como chamam os autores, da grande Senegâmbia.

É certo que esta leitura interessada pode minimizar injustificadamente a contribuição do livro para uma série de temas como a diáspora sefardita em si mesma (e o envolvimento ou não de seus membros na Senegâmbia no tráfico atlântico de escravos), a formação do mundo atlântico, e a globalização na idade moderna (as redes interssocietárias de comércio em escala mundial). Minimiza também a contribuição do trabalho para uma questão cara aos historiadores da arte: como os artefatos da cultura material, no caso peças de marfim feitas pelas populações da Senegâmbia (tema discutido no capítulo 5), oferecem aos pesquisadores *insights* para a compreensão de eventos históricos? Todos estes temas são ricamente abordados no livro, com uma impressionante riqueza de evidências documentais e com espírito livre e criativo que levanta polêmicas e propõe, aqui e ali, a revisão de visões relativamente consolidadas que "dará muito o que falar", espero eu, num futuro próximo.

Minha leitura interessada volta-se, no entanto, para as contribuições dos capítulos 2, 3 e 6 do livro, nos quais os autores tratam das interações dos sefarditas em Joal e Porto d'Ale com as populações locais, em especial, com a elite governante Wolof e Serer e com seus competidores "portugueses" de Cacheu e das ilhas de Cabo Verde. Neles são examinadas as linhas gerais do processo de estabelecimento destes mercadores na costa da Senegâmbia, as formas de reprodução social do grupo, incluindo a incorporacão de aderentes e dependentes, os desdobramentos desta inserção no comércio interssocietário que levaram estes mercadores, sujeitos de três mundos, a se retirarem para os Países Baixos cerca de 30 anos depois de se estabelecerem nestes portos de troca enquanto praticantes explícitos da religião judaica.

Nestes capítulos, os autores dão prosseguimento a seus trabalhos anteriores sobre as identidades sociais dos vários grupos que interagiam no contexto das redes de troca interssocietárias, em especial, a categoria indentitária "português" que congregava os portugueses metropolitanos (cristãos e cristãos-novos) que se lançavam a comerciar na costa, os cabo-verdianos e os luso-africanos produtos de intercasamentos diversos (Horta, 2000 e Mark, 2002). Se, de início, este pequeno grupo de sefarditas que assumiam publicamente as práticas religiosas judaicas eram encompassados pela categoria "português", mais tarde, começaram a marcar suas diferenças com seus competidores diretos no comércio. De qualquer modo, os autores mostram que essas identidades sociais eram caracterizadas por extrema fluidez e porosidade, tendo uma natureza fortemente situacional e múltipla. A depender do contexto de interação, os agentes sociais selecionavam de seu *kit* identitário aquela que lhes parecia mais gramatical.

Naquele momento da vida social na grande Senegâmbia, os marcadores iden-

titários eram basicamente as línguas faladas, os elementos da cultura material (por exemplo, a arquitetura, as vestimentas e as armas usadas); as práticas religiosas (prefiro este termo à religião, pois nos remete mais à prática do que ao dogma ou aos textos oficiais que o regulam); e a profissão, que, em conjunto, definiam o *status* social da pessoa. Os autores desenvolvem ainda mais o argumento que elaboraram anteriormente de que marcadores como a aparência física e a cor da pele não eram muito gramaticais naquele contexto histórico e geográfico para definição dos sentimentos de pertencimento e para a categorização por outros. Mesmo quando a categoria de identificação era um item lexical que entendemos como designando a cor dos objetos, como a palavra "branco", a referência neste caso não se referia ao grau de pigmentação da pele, mas ao *status* social da pessoa. Interessante ainda é notar que este modelo de identidades fluidas, abertas à incorporação dos outros foi apropriado pelos sefarditas da *Petite Côte* e levados para Amsterdam quando retornaram por volta de 1630 e, por algum tempo, ali vigorou entre eles.

Os autores notam que este padrão de identidade situacional e fluida não foi uma criação destes recém-chegados europeus na Senegâmbia. Era o padrão que ali vigorava muito antes da presença europeia e tem a ver com os longos processos autóctones de interação interssocietária relacionados ao desenvolvimento de redes de troca de longa distância e à expansão mande para a costa. Trata-se de um processo histórico de grandes repercussões estruturais, cujos traços distintivos já foram apontados por um dos nossos ancestrais, Warren d'Azevedo (1962), e que tem como ancoradouro um valor moral sobre como lidar com os outros. Este anconradouro tomou a forma de um padrão de reciprocidade conhecido como *landlord-stranger*. Eu tenho chamado este processo associado à expansão mande de crioulização primária, sobre a qual vai se erigir uma crioulização secundária, com a presença dos luso-africanos que com o tempo se congregaram em povoações crioulas na costa e nos rios da Guiné (Trajano Filho, 2005).

Porém, parece que os autores não perceberam ou não destacaram, com a devida ênfase, que essa forma fluida de identidade situacional não era totalmente estranha aos portugueses (*pace* o conceito de limpeza de sangue), cristãos e cristãos-novos. A sintaxe cultural da Península Ibérica, bem como a experiência histórica de seus habitantes, alocava grande centralidade à lógica do pertencimento pela qual grupos sociais eram incorporados a unidades sociais maiores, mantendo suas indentificações anteriores ao mesmo tempo que assumiam a nova identidade encompassadora. Parece-me que foi por esta razão que os portugueses facilmente se adaptaram ao padrão africano de identidade fluida quando se estabeleceram como *strangers* em meio aos seus *landlords* africanos. É como se, estruturalmente, não houvesse uma diferença significativa entre a sintaxe cultural do mundo português e a das

sociedades da grande Senegâmbia. Mark e Horta não tratam explicitamente desta equivalência estrutural, mas oferecem uma pista quando mostram que a relação dos "portugueses" e dos sefarditas com os governantes africanos era fortemente marcada pela dependência dos primeiros com relação aos últimos. Rapidamente tomo a liberdade para sugerir que esta equivalência estrutural entre as sintaxes culturais tem a ver tanto com a importância da ideia-valor do pertencimento como definidor das pessoas e com as formas patrimonialistas do exercício da autoridade (cf. Trajano Filho, 2010 e Muphy, 2010).

Esta é uma obra que revela com perspicácia a existência de um modelo da grande Senegâmbia para construir as identidades sociais. Este modelo, marcado pela interpenetração, sincretização e crioulização das práticas religiosas e sociais, teve grande importância para a constituição e reprodução das sociedades crioulas na costa ocidental africana. Isto por si explica o interesse do antropólogo num livro escrito por historiadores sobre o século XVII. Como diz Martin Klein na contra-capa do volume, trata-se de um fantástico trabalho de dois detetives que seguem as pistas, isto é, os movimentos e as motivações de "indivíduos com nomes e redes familiares" em cenários imensos e espacialmente descontínuos que, ao fim e ao cabo, abrangem quatro continentes. E o fazem num texto denso e rico que captura a atenção dos leitores.

Referências Bibliográficas

D'AZEVEDO, W. 1962. "Some historical problems in the delineation of a Central West Atlantic region". *Annals of the New York Academy of Sciences* 96 (2): 512-518.

HORTA, J. S. 2000. "Evidence for a Luso-African identity in 'Portuguese' accounts on 'Guinea of Cape Verde". *History in Africa* 27: 99-130.

MARK, P. 2002. *Portuguese Style and Luso-African Identity: precolonial Senegambia, sixteenth-nineteenth centuries*. Bloomington: Indiana University Press.

MURPHY, W. 2010. "Patrimonial logic of centrifugal forces in the political history of the Upper Guinea Coast". In: J. Knorr and W. Trajano Filho (eds.), *The Powerful presence of the Past*. Leiden: Brill Publishers.

TRAJANO FILHO, W. 2005. "A crioulização na Guiné-Bissau: um caso singular". *Estudos Afro-Asiáticos* 27: 52-102.

_________ . 2010. "The creole idea of nation and its predicaments: the case of Guinea-Bissau". In: J. Knorr and W. Trajano Filho (eds.), *The Powerful presence of the Past*. Leiden: Brill Publishers.